



Comitê da Bacia Hidrográfica dos Afluentes do Baixo Iguaçu

Secretaria Executiva: Rua Santo Antônio, 239 | Rebouças | Curitiba/PR
CEP: 80.230.120

www.iat.pr.gov.br/Pagina/Comite-da-Bacia-dos-Afluentes-do-Baixo-Iguacu

AFLUENTES DO BAIXO IGUAÇU

Ao primeiro dia do mês de outubro de dois mil e vinte e quatro, às nove horas e trinta minutos, por meio da plataforma de videoconferência Zoom, pela URL: <https://us02web.zoom.us/j/84801691510>, transmitida ao vivo e disponibilizada pela plataforma do You Tube acesso pelo link: <https://youtube.com/live/DQkAT5iHnq0?feature=share>, foi realizada a 5ª Reunião Extraordinária do Comitê da Bacia Hidrográfica dos Afluentes do Baixo Iguaçu, participaram os seguintes representantes do comitê: A Vice-Presidente **Denise Rauber** - Universidade Tecnológica Federal do Paraná – UTFPR Campus Pato Branco e os titulares ; **Flávia Natalia Ostapiv** - Prefeitura Municipal de Pato Branco; **Kleitson Telmo Grisa** - Prefeitura Municipal de Realeza **Valdir Dalsente** - Companhia de Saneamento do Paraná – SANEPAR; **Camila Costa Vieira** - ENGIE Brasil Energia; **Willian Cucchi Bottin** – BRF; **Edson Carlos Flessak** - Flessak Eletro Industrial S/A; **Murici José Chiodelli** - Águas do Verê; **Franciele Aní Caovilla Follador** - Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE; **Silvia Romão** - Universidade Federal da Fronteira Sul - UFFS LARANJEIRAS DO SUL; **Mauricio Romero Gorenstein** - Universidade Tecnológica Federal do Paraná – UTFPR Campus Dois Vizinhos; **Dalmo Libardoni** - Associação Duovizinhense de Preservação Ambiental – ADUPAM. E os suplentes: **Kellen Braun Tonus** - Companhia de Saneamento do Paraná – SANEPAR; **Cássia Silmara Aver Paranhos** - Copel Geração e Transmissão S.A.; **Epitácio Barzotto** – ABRAPCH; **Marcos Vinicius Pagliarini** - Associação Sudoeste Paranaense dos Engenheiros Ambientais-ASPEA; **Jhuly Caroline Biava** – CREA ; **Wagner de Aguiar** - Universidade Tecnológica Federal do Paraná – UTFPR Campus Francisco Beltrão; **Clair Antonelo** - Associação Duovizinhense de Preservação Ambiental – ADUPAM, **Tainá Guanini de Oliveira** - Federação dos Trabalhadores Rurais Agricultores Familiares do Estado do Paraná - FETAEP. Secretaria Executiva no Instituto Água e Terra: **Lucineide Maranhão, Nataly Tasca, e Danielle Teixeira Tortato**. Convidados: **Tiago Bacovis** - Instituto Água e Terra e **Danieli Mara Ferreira** - Sistema de Tecnologia e Monitoramento Ambiental do Paraná – Simepar. Lucineide iniciou a reunião agradecendo a presença dos participantes na quinta reunião extraordinária do comitê de bacias dos afluentes do baixo Iguaçu. Ela destacou a importância do tema, que era a análise do artigo 2º da Resolução nº 42 de 2024, que aborda o enfrentamento de emergências nas áreas dos municípios do Estado, devido à possível escassez de água. Ela informou que havia quórum para a reunião e pediu que todos mantivessem suas câmeras abertas, mencionando que a reunião estava sendo transmitida ao vivo no YouTube. **1.Abertura:** Denise, a Vice-Presidente, declarou oficialmente a reunião aberta e agradeceu a participação de todos, reafirmando o compromisso com o comitê. Lucineide então pediu que os representantes focassem na aprovação dos itens da pauta, evitando questionamentos fora do tema durante a plenária, e sugeriu que os participantes usassem o recurso de levantar a mão ou informassem no chat antes de se manifestar. Lucineide mencionou que a pauta incluía a posse de novos representantes e a análise da Resolução SEDEST nº42 de 2024, que define diretrizes para o enfrentamento da situação de emergência nas áreas afetadas por estiagem no Paraná. Na inclusão do item **2. Substituição de representantes**, Nataly anunciou a substituição de dois representantes, mas informou que eles não estavam

50 presentes para a posse, que seria então adiada para a próxima reunião. **3. Análise sobre**
51 **a Resolução SEDEST nº 42 de 2024, que estabelece as diretrizes e critérios gerais**
52 **para o enfrentamento da Situação de Emergência nas áreas dos municípios do**
53 **Estado do Paraná atingidos pela estiagem.** Denise passou então para a análise da
54 Resolução SEDEST, lembrando que o documento havia sido enviado antecipadamente
55 aos membros, junto a convocação, prosseguiu e informou que a reunião contaria com a
56 apresentação do Tiago Bacovis, gerente do setor de outorga do Instituto Água e Terra,
57 além da Danieli Mara Ferreira, pesquisadora da Simepar. Tiago começou explicando os
58 artigos 2º e 4º da Resolução SEDEST nº42 de 2024, destacando que a mudança de
59 coeficiente para o cálculo da vazão máxima outorgável permitiria que as captações e
60 lançamentos de efluentes utilizassem até 80% da vazão Q95, que representa o fluxo
61 mínimo de água em 95% do tempo. Ele ressaltou que essa alteração não ampliaria as
62 outorgas existentes, mas garantiria os usos atuais. Quando a captação ultrapassasse
63 80% da Q95, restrições seriam aplicadas. Ele também mencionou um exemplo anterior de
64 portaria durante a crise hídrica de 2020, que estabeleceu reduções e restrições para
65 captação de água na bacia do Rio Miringuava, visando priorizar o abastecimento público.
66 Tiago finalizou sua apresentação se dispondo a responder a dúvidas dos presentes. Após
67 a apresentação a Denise passou a palavra para Danieli, que fez uma apresentação sobre
68 análises hidrometeorológicas dos últimos meses no Paraná, feita inicialmente no começo
69 de setembro em uma reunião extraordinária do Fórum Paranaense de Comitês de Bacias
70 Hidrográficas. Danieli destacou a evolução das chuvas de março a agosto, com previsões
71 futuras baseadas em modelos meteorológicos, indicando que o Paraná experimentou
72 chuvas abaixo da média, principalmente na metade norte do estado. Ela apresentou
73 gráficos que mostravam anomalias de precipitação e condições de seca, destacando que
74 a recuperação dos rios exigiria chuvas mais constantes nos próximos meses. Danieli
75 também falou sobre o estado hidrológico dos rios, mostrando que o número de bacias em
76 condições normais diminuiu ao longo dos meses. A previsão para os meses seguintes
77 indicava uma possível normalização das chuvas, mas alertava para anomalias de
78 temperatura, o que poderia atrasar a recuperação total das bacias. Após a apresentação,
79 devolveu a palavra para Denise, que agradeceu a apresentação e explicou a importância
80 da reunião, mencionando a Lei Federal 9.433 e a Lei Estadual 12.726, que priorizam o
81 consumo humano e a dessedentação de animais em situações de escassez hídrica.
82 Destacou que o governo do Paraná por meio do Decreto 7.258/2024, decretou situação
83 de emergência em setembro de 2024 devido à estiagem, por 180 dias, e complementado
84 com a resolução SEDEST nº 42 de 2024, que propõe mudanças no coeficiente para o
85 cálculo da vazão outorgada. Denise enfatizou a importância de entender o impacto da
86 alteração do coeficiente de outorga e como isso afetaria o uso da água na região.
87 Questionou se os participantes compreendiam conceitos como a vazão Q95 e ressaltou
88 que, para uma tomada de decisão, seria necessário avaliar a situação das vazões dos
89 rios da bacia e como essas mudanças poderiam impactar tanto a ecologia local quanto os
90 usuários da água a jusante. Ela também mencionou a necessidade de avaliar os impactos
91 da retirada adicional de água nos rios e o possível efeito na biota aquática e nos serviços
92 ecossistêmicos. Denise abriu espaço para debate, destacando que a decisão sobre a
93 aprovação ou rejeição da resolução deveria considerar essas questões e convidou os
94 participantes a contribuírem com suas opiniões. Flessak iniciou a discussão destacando
95 que algumas questões não estavam sob controle, como a regulação da vazão dos rios.
96 Ele mencionou que a maioria dos municípios do Paraná é atendida pela Sanepar, que
97 realiza medições frequentes da captação de água, permitindo monitorar a vazão dos rios.

98 Ele ressaltou que há sistemas de monitoramento que integram dados de estações da
99 ANA para avaliar condições acima e abaixo das captações. Sugeriu a criação de um
100 sistema para consolidar esses dados, possibilitando uma avaliação em tempo real das
101 vazões de todas as bacias do Paraná e do Brasil. A dúvida de Flessak girava em torno do
102 coeficiente de outorga, questionando se o limite deveria ser 80% do Q95 ou 50% do Q80.
103 Ele mencionou que a outorga atual é de 50% do Q95 e que qualquer redução da vazão do
104 rio abaixo de 100% do Q95 significaria um uso superior ao permitido. A proposta de ajuste
105 para 80% do Q95 visava garantir os usos atuais antes de atingir um limite de restrição. A
106 linha de restrição seria ativada quando a vazão caísse a 63% do Q95, assegurando o uso
107 equitativo entre os usuários. Epitácio, ao receber a palavra, refletiu sobre a importância de
108 reter mais água em reservatórios, apontando o desperdício de água que vai ao mar. Ele
109 destacou que eventos de chuva intensa são cíclicos e que o Brasil, com menos de 1.000
110 hidrelétricas, poderia se beneficiar de uma abordagem mais focada na retenção de água,
111 ao invés de apenas ajustar os parâmetros de outorga. Epitácio não se sentia confortável
112 em tomar uma decisão imediata, mas enfatizou a necessidade de refletir sobre o
113 armazenamento de água. Denise destacou que a questão dos reservatórios já havia sido
114 discutida no fórum e que ainda não se enfrentava uma situação crítica de uso racional da
115 água. Ela mencionou que há alternativas, como coleta de água de chuva e aumento de
116 reservatórios, antes de alterar o coeficiente de outorga. Também ressaltou a necessidade
117 de considerar os usos múltiplos e as preocupações ambientais, além da falta de um plano
118 de bacia para o comitê, que é recente. A decisão sobre a aprovação ou não das
119 mudanças seria tomada durante a reunião, sendo possível apresentar uma nova
120 proposta. Valdir, representando a Sanepar, relatou que a microrregião de Francisco
121 Beltrão tinha vazão suficiente para atender à demanda, embora alguns rios menores
122 estivessem com vazão reduzida. Ele mencionou que em períodos de estiagem passados,
123 a questão de reduzir o consumo de água por usuários já outorgados foi desafiadora,
124 especialmente para fins não essenciais, como agricultura e pastagens, devido às
125 necessidades de sobrevivência dos produtores. Kellen, engenheira química de Pato
126 Branco, comentou que a região estava em situação menos crítica em comparação ao
127 norte do estado. Ela relatou que houve melhoria nos índices de precipitação em setembro,
128 após um período crítico entre junho e agosto, e enfatizou a dificuldade da fiscalização de
129 usuários de água e destacou que a decisão sobre as mudanças precisava ser tomada
130 imediatamente, pois não havia mais possibilidade de adiá-la. Na reunião, Flessak
131 destacou que o propósito principal era discutir a aprovação de uma resolução. Ele
132 mencionou que, independentemente da decisão do comitê, a resolução seria
133 implementada, pois tratava-se de uma medida emergencial. Ele sugeriu que, enquanto o
134 foco atual fosse apagar "incêndios", era necessário pensar em soluções de longo prazo
135 para a gestão da água, uma vez que a demanda continuaria crescendo enquanto a oferta
136 de água permanecia estática ou diminuía. Flessak ressaltou a importância de preservar a
137 água e considerou que o impacto ambiental de uma represa seria menor do que o de uma
138 seca severa, que poderia interromper atividades econômicas. Epitácio concordou com a
139 necessidade de pensar a longo prazo e destacou que, nos próximos 180 dias, era
140 importante focar em soluções emergenciais e depois em estratégias sustentáveis. Ele
141 também defendeu a ideia de criar mais reservatórios de água para evitar futuras crises,
142 similar à utilização de uma reserva financeira em tempos de dificuldade. Denise sugeriu
143 que, em vez de aprovar ou reprovar imediatamente a resolução, o comitê poderia avaliar
144 a necessidade de mudanças ao longo dos 180 dias, considerando as variações nas
145 condições hídricas. Ela alertou para os riscos de lançar mais efluentes em rios com menor

146 volume de água, o que prejudicaria a qualidade da água e a biota local. Lucineide
147 expressou sua preocupação com a dificuldade de alcançar quórum nas reuniões do
148 comitê, questionando se haveria comprometimento dos membros para manter um
149 acompanhamento mensal até o final do ano. Denise reforçou que, apesar das
150 dificuldades, era necessário tomar decisões que favorecessem a bacia e sugeriu que,
151 caso não houvesse urgência, o grupo poderia adiar a votação, especialmente porque o
152 decreto vigente já previa um período de 180 dias de estiagem. Danielle explicou que a
153 resolução estava baseada no decreto de emergência por estiagem e tinha validade
154 limitada a 180 dias. Ela ressaltou os riscos de desabastecimento em algumas regiões e a
155 necessidade de agir preventivamente, mesmo reconhecendo a importância de considerar
156 os impactos ambientais, e sugeriu que, se o comitê considerasse apropriado, poderia
157 ajustar o coeficiente para um valor mais conservador, como 0,6 ou 0,65, em vez de 0,8. A
158 discussão prosseguiu com a ênfase na necessidade de balancear as emergências atuais
159 com a sustentabilidade futura do abastecimento de água, levando em conta tanto os
160 impactos ambientais quanto as necessidades econômicas e sociais. Durante a reunião,
161 Marcos expressou sua concordância, afirmando que preferiria não realizar a votação
162 naquele momento, pois não havia critérios técnicos para a proposta de reduzir um valor
163 para 0,65. Ele se posicionou contra a votação e enfatizou a importância de aguardar, uma
164 vez que não se sentia seguro para aprovar qualquer alteração. Denise agradeceu a
165 Marcos e pediu uma breve consideração de Edson. Flessak destacou a diversidade do
166 comitê e apontou que muitas discussões se baseavam na cultura local, sem o devido
167 conhecimento técnico. Ele questionou quais critérios técnicos eram utilizados para
168 determinar a porcentagem de vazão reduzida em situações de seca, ressaltando que
169 existiam estudos feitos por órgãos competentes. Denise, em seguida, mencionou que
170 também não se sentia à vontade para votar, apesar de ter estudado o assunto. Flessak
171 respondeu que existia um estudo que justificava o aumento de um índice e que não seria
172 uma decisão arbitrária. Tiago, então, explicou que o valor proposto já era utilizado em
173 áreas críticas da bacia do Rio Piquiri e que se mantinha uma porcentagem para a vazão
174 ecológica. Wagner contribuiu com uma explicação técnica sobre a situação, esclarecendo
175 que a norma não aumentava a quantidade de água, mas abordava a questão da vazão
176 em momentos críticos. Denise sugeriu que o grupo decidisse sobre a votação,
177 questionando se seria melhor votar pela resolução ou esperar para discutir em uma nova
178 reunião. Durante a discussão, Camila foi apresentada como nova integrante do comitê, no
179 qual a Sra. Denise deu posse a nova representante. A Doutora Senhora Ivana Ostapiv,
180 promotora de justiça e Coordenadora do GAEMA – Regional Pato Branco, do Ministério
181 Público do Estado do Paraná, que acompanhando a reunião pelo YouTube, questionou
182 pelo chat se SEDEST tem estudos técnicos sobre os efeitos do aumento do uso da água
183 neste período na biota aquática e no ecossistema geral da bacia, e complementou que
184 falta o diagnóstico da bacia e o plano de ação, pois não conhecemos a fundo a bacia do
185 Baixo Iguaçu, ao que a Denise respondeu que essas informações eram necessárias para
186 decisões mais fundamentadas. Flessak reiterou que a discussão se referia a um
187 coeficiente de uso da água em períodos críticos, sem aumentar o consumo. Por fim,
188 Denise ponderou sobre a necessidade de encaminhar a votação, lembrando que todos
189 deveriam participar conscientemente do processo. Lucineide acrescentou que o
190 compromisso de participação era essencial, mesmo que a votação fosse adiada para o
191 final do mês. Os participantes foram instruídos a votar no chat, onde quem desejava que
192 nesta reunião houvesse a decisão sobre o artigo deveria escrever “hoje” e quem gostaria
193 que a decisão fosse postergada para próxima reunião deveria escrever “próxima”. Após

15
16
194 contagem de votos, ficou decidido que 7 votaram para a reunião ser hoje e 10 para ser na
195 próxima, com os seguintes votos: Édson Carlos Flessak; Valdir Dalsente; Kellen Braun
196 Tonus; Flávia Ostapiv; Cássia Silmara Aver Paranhos; Dalmo Libardoni; Mauricio Romero
197 Gorenstein – votaram para decisão acontecesse nesta reunião, e Denise Rauber;
198 Franciele Aní Caovilla Follador; Marcos Vinicius Pagliarini; Tainá Guanini de Oliveira;
199 Willian C Bottin; Camila Costa Vieira; Silvia Romão; Jhuly Biava; Murici José Chiodelli e
200 Epitácio Barzotto votaram para que a decisão ocorresse em uma próxima reunião. Denise
201 sugeriu que ocorressem após dois meses, e a Nataly informou que na agenda da
202 secretaria executiva as datas propostas para a próxima reunião eram 26 e 29 de
203 novembro, e a Denise propôs que se a decisão da reunião ocorrer no período da manhã
204 ou da tarde pudesse ser decidido por meio de uma enquete pelo grupo de WhatsApp do
205 comitê. Após houve uma breve discussão sobre a complexidade da situação, referente a
206 preocupação do comitê sobre a eficácia da medida e a necessidade de um planejamento
207 a longo prazo para as questões de água. Danielle destacou que cada comitê votaria com
208 base em sua área de abrangência e que a votação não afetaria a totalidade do estado.
209 Com a discussão encerrada, a Vice-Presidente Senhora Denise Rauber encerrou a
210 reunião, com agradecimentos pela participação de todos, destacando a importância da
211 colaboração e do engajamento nas questões hídricas. Os participantes foram lembrados
212 da importância da água e da necessidade de campanhas educativas sobre o uso racional
213 e a preservação desse recurso.

214 De acordo.

215

216

Denise Rauber

217 **Vice-Presidente do Comitê da Bacia Hidrográfica dos Afluentes do Baixo Iguaçu**